ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ACÓRDÃO N°. 010/2021/CRF/PMPV

ACÓRDÃO N°. 010/2021/CRF/PMPV

SESSÃO ORDINÁRIA N°	014/2021/CRF/PMPV
RECURSOS DE OFÍCIO E VOLUNTÁRIO N°	002/2021/CRF/PMPV
AUTO DE INFRAÇÃO N°	05968
RECORRENTE	INSTITUTO JOÃO NEÓRICO
RECORRIDO	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
PROCESSO N°	06.12381-000/2015
CNPJ/MF N°	08.155.411/0001-68
VALOR ORIGINÁRIO (RS)	R\$. 24.796,80 (VINTE E QUATRO MIL SETECENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIO. ISSQN. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DEIXAR DE APRESENTAR/POSSUIR BLOCOS DE NOTAS FISCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO LEGAL. OCORRÊNCIA.1. Os contribuintes, inclusive os que gozem de imunidade ou de isenção, que participem de operações relacionadas, direta ou indiretamente, com a prestação de serviços, ainda que em potencial, estão obrigados, salvo normas em contrário, ao cumprimento das obrigações previstas na legislação tributária municipal.**2.** A existência de obrigatoriedade prevista na legislação tributária municipal sujeitará todos os contribuintes do imposto ao seu cumprimento, salvo a existência de Regime Especial previamente autorizado pelo Fisco Municipal. Em conformidade com o disposto no art. 59, da Lei Complementar n°. 369/2009 c/c art. 90, I e art. 99, do Decreto n°. 12.462/2011, cuja penalidade é definida pelo art. 80 da Lei Complementar n°. 369/2009, com aplicação do art. 106, II, alínea “c”, do CTN.

Recursos de Ofício e Voluntário Conhecidos e Improvidos...

(...) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos dos presentes (6 X 0), nos termos do voto do Conselheiro Relator Orlando Melo de Carvalho, que faz parte da presente decisão, conforme consta na Ata da 14ª Sessão Ordinária/2021, nos seguintes termos: “(...) *Conhecer dos Recursos de Ofício e Voluntário, e negar-lhes provimentos, no sentido de manter inalterada a decisão de primeira instância que confirmou o crédito tributário constituído por meio do Auto de Infração n° 05968 e reformou o seu valor para R\$ 770,90 (Setecentos e setenta reais e noventa centavos), em face da aplicação do princípio da retroatividade da lei mais benéfica, nos termos do art. 106, inciso II, alínea “c”, do CTN, por não possuir Bloco de Nota Fiscal de Prestação de Serviços, no período de outubro de 2010 a março de 2014. Valor este que deverá ser atualizado na ocasião do seu pagamento.*”. Data da conclusão do Julgamento, 05/10/2021.

Valor do crédito tributário reconhecido na Decisão do CRF/PMPV e devido na data da autuação correspondia a R\$. 770,90 (Setecentos e setenta reais e noventa centavos), devendo este valor ser atualizado para a data da efetivação do pagamento.

CRF, Sala Virtual de Julgamento, Sessão Ordinária n°. 014/2021.

ANA CRISTINA CORDEIRO DA SILVA

Presidente do CRF/PMPV

ORLANDO MELO DE CARVALHO

Conselheiro – Relator

ARI CARVALHO DOS SANTOS

Rep. da SEMFAZ no CRF

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:78371F59

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 10/11/2021. Edição 3089

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>